



## MEMORIAL

---

<b>PROCESSO:</b>	00600-00003650/2020-91
<b>RECORRENTE:</b>	Francisca Dayse Pinheiro Montenegro
<b>RELATOR:</b>	Conselheiro Márcio Michel

---

### 1. Síntese fática

Trata-se de processo cujo objetivo é a análise da legalidade da aposentadoria da Recorrente, nos cargos de Especialista em Saúde – Nutricionista e Auditor de Atividades Urbanas –, exercidos no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para fins de registro.

Apresentado o Pedido de Reexame<sup>1</sup>, prolatada Instrução pela Unidade Técnica<sup>2</sup> e emitido parecer pelo Ministério Público<sup>3</sup>, este memorial pretende destacar os principais aspectos pelos quais a Recorrente deve ter seu direito reconhecido<sup>4</sup> e a decisão ora rechaçada reformada<sup>5</sup>.

### 2. Da legalidade da acumulação

O direito da Recorrente repousa no reconhecimento do caráter privativo dos cargos<sup>6</sup> de saúde por si ocupados – em especial, o de Auditor de Atividades Urbanas –, e a compatibilidade de horários, para atestar a legalidade da acumulação e consequentemente da aposentadoria concedida.

Os requisitos<sup>7</sup> para a acumulação foram devidamente cumpridos pela Recorrida, pelos seguintes argumentos:

- a) a cumulação dos cargos ocorreu na exegese do art. 17, §2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT<sup>8</sup>, com a sua legalidade reconhecida – em três momentos distintos<sup>9</sup>, não havendo motivos para desvirtuar o caráter privativo dos cargos acumulados;

---

<sup>1</sup> Vide documento nº 43\_56F558A0\_RECURSO

<sup>2</sup> Vide documento nº 52\_4D76B967\_INFORMAÇÕES

<sup>3</sup> Vide documento nº 69\_A15A41A5\_PARECER

<sup>4</sup> Reconhecimento da legalidade da sua aposentadoria nos cargos de Especialista em Saúde – Nutricionista e Auditor de Atividades Urbanas

<sup>5</sup> Decisão nº 855/2021.

<sup>6</sup> Especialista em Saúde – Nutricionista e Auditor de Atividades Urbanas

<sup>7</sup> Cargo privativo de saúde e compatibilidade de horário

<sup>8</sup> Art. 17. “§ 2º É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde que estejam sendo exercidos na administração pública direta ou indireta.”

<sup>9</sup> Vide. Doc. 01 do Pedido de Reexame sob o documento nº 43. Processo nº 030.009.394/90 - DODF nº 244, de 21 de dezembro de 1994.



- b) a carreira<sup>10</sup> ocupada pela Recorrente exige habilitação específica a depender do cargo, de modo que, o de Inspetor de Saúde – atual cargo de Auditor de Atividades Urbanas – exigia formação em farmácia ou biologia, o que foi devidamente cumprido pela Recorrente, por ser formada em ciências biológicas<sup>11</sup>;
- c) a Resolução<sup>12</sup> do Conselho Nacional de Saúde nº 218, de 06 de março de 1990 e o Ofício<sup>13</sup> nº 07, de 28 de junho de 1990 atestam que a formação da Recorrente e as atribuições<sup>14</sup> exercidas por essa, como Auditor de Atividades Urbanas, a torna profissional de saúde, sendo o cargo passível de cumulação;
- d) o precedente<sup>15</sup> suscitado nos autos para embasar a negativa do direito da Recorrente é equivocado, uma vez que não reflete os requisitos<sup>16</sup> aqui discutidos, por tratar de cumulação envolvendo cargo de nível médio<sup>17</sup>. No caso em tela, ao contrário, a Recorrente pretende o reconhecimento da legalidade da acumulação de dois cargos privativos de saúde<sup>18</sup>, de nível superior, para fins de aposentadoria;
- e) a decisão recorrida<sup>19</sup> e a instrução recursal<sup>20</sup> perpetuam um grave erro, ante a confusão quanto ao real cargo ocupado pela

Vide. Doc. 02 do Pedido de Reexame sob o documento nº 43. Processo nº 060.007.786/2002 - DODF nº 237, de 10 de dezembro de 2002.

Vide. Doc. 04 do Pedido de Reexame sob o documento nº 43. Processo nº 060.005255/2011. Análise acumulação de Cargos, 2013.

<sup>10</sup> Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal

<sup>11</sup> Vide. Doc. 08 do Pedido de Reexame sob o documento nº 43.

<sup>12</sup> Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. [...] “Considerando que o reconhecimento da imprescindibilidade das ações realizadas pelos diferentes profissionais de nível superior constitui um avanço no que tange à concepção de saúde e a à integralidade da atenção, resolve: I – Reconhecer como profissionais de saúde de nível superior as seguintes categorias: 1. Assistentes Sociais; 2. Biólogos; 3. Profissionais de Educação Física; 4. Enfermeiros; 5. Farmacêuticos; 6. Fisioterapeutas; 7. Fonoaudiólogos; 8. Médicos; 9. Médicos Veterinários; 10. Nutricionistas; 11. Odontólogos; 12. Psicólogos; e 13. Terapeutas Ocupacionais.”

<sup>13</sup> Presidência da República. Secretaria de Administração Federal. Departamento de Recursos Humanos. Ofício nº 07, de 28 de junho de 1990. “XIII - Está assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, que estivessem sendo exercidos em 05.10.88 (art. 17, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).” Disponível em: <<https://legis.sigepe.planejamento.gov.br/legis/detalhar/2499>>

<sup>14</sup> Art. 3º da Lei nº 2.706, de 27 de abril de 2001 e Art. 200 da CF/88.

<sup>15</sup> TJDF. Processo nº 2016.01.1.060825-9. Desembargador Fabrício Fontoura Bezerra. Julgado em: 25.05.2017.

<sup>16</sup> Cargos privativos de saúde e compatibilidade de horário.

<sup>17</sup> Inspetor de Atividades Urbanas – antigo Inspetor Sanitário.

<sup>18</sup> Cargos de Especialista em Saúde – Nutricionista e Auditor de Atividades Urbanas.

<sup>19</sup> Vide documento nº 23\_4B4481C9\_RELATÓRIO E VOTO e documento nº 24\_D5C9649D\_DECISÃO. Decisão nº 855/2021.

<sup>20</sup> Vide documento nº 52\_4D76B967\_INFORMAÇÕES



Recorrente e o embasamento no referido precedente descabido, quando essa cumuleu cargos públicos dentro dos preceitos legais por mais de 30 (trinta) anos de efetivo exercício em prol da SES/DF;

- f) no tocante à compatibilidade de horário, acertadamente, conforme reconhecido pela unidade técnica, está demonstrada pelos documentos colacionados aos autos e, inclusive, a Recorrente não pode ser penalizada pela ausência de resposta da SES/DF quanto à exigência de comprovação dos últimos 5 (cinco) anos, sem qualquer embasamento legal para tal imposição.

Pelo exposto, não há respaldo jurídico válido apto a ensejar a retirada do direito já, constitucionalmente, adquirido pela Recorrente, uma vez que essa não perpetuou qualquer ilegalidade dentro das mais de três décadas que integrou o quadro da SES/DF.

### 3. Dos pedidos

Pelo exposto, requer o conhecimento desse memorial e o acolhimento de suas razões para reformar a decisão guerreada a fim de reconhecer a licitude da acumulação dos cargos Especialista em Saúde e Auditor de Atividades Urbanas pela Recorrente com o consequente ateste da legalidade da concessão do ato de aposentadoria.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Brasília, 25 de outubro de 2021.

RAQUEL DE SOUZA  
MORAIS OLIVEIRA

Assinado de forma digital por  
RAQUEL DE SOUZA MORAIS  
OLIVEIRA  
Dados: 2021.10.26 10:10:01 -03'00'

**Raquel de Souza Morais Oliveira**

OAB/DF nº 61.248

MURILO QUEIROZ  
MELO JACOBY  
FERNANDES

Assinado de forma digital por  
MURILO QUEIROZ MELO JACOBY  
FERNANDES  
Dados: 2021.10.26 13:59:56 -03'00'

**Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes**

OAB/DF nº 41.796

CRISTIANA  
MURARO  
FRACARI

Assinado de forma digital por  
CRISTIANA MURARO FRACARI  
Dados: 2021.10.25 08:44:15  
-03'00'

**Cristiana Muraro Fracari**

OAB/DF nº 48.254

JAKES FERNANDO  
REOLON:5612343187

Assinado de forma digital por JAKES FERNANDO  
REOLON:5612343187  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz  
Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla,  
ou=3803806000120, ou=Certificado PF A3, cn=JAKES  
FERNANDO REOLON:5612343187  
Dados: 2021.10.26 11:03:24 -03'00'

**Jaques Fernando Reolon**

OAB/DF nº 22.885